



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

OS FILHOS DOS IMIGRANTES DOS PALOP NA ESCOLA:

presença e (in)sucesso no ensino básico *

Teresa Seabra **

Elementos de caracterização sociográfica: dados de uma evolução

Presença dos alunos oriundos de famílias imigradas dos PALOP

Os dados disponíveis sobre a dimensão e localização dos alunos do ensino básico cujas

famílias imigraram dos PALOP permitem concluir que: ^[1]

A — Verifica-se um ligeiro decréscimo da presença dos filhos dos imigrantes dos PALOP no total de alunos do ensino básico, tendo aumentado no caso do 1º ciclo (**Quadro 1**), considerando apenas os anos lectivos de 92/93 e 93/94. O decréscimo relaciona-se com a significativa redução de alunos

deste grupo específico no 2º e 3º ciclos. ^[2]

Quadro1. Presença dos filhos dos imigrantes dos PALOP no Ensino Básico (%)

| | 92/93 | 93/94 |
|----------|-------|-------|
| 1º ciclo | 2.4 | 2.7 |
| 2º ciclo | 2.5 | 1.9 |
| 3º ciclo | 2.4 | 1.5 |
| Total EB | 2.4 | 2.1 |

B — O maior contingente é proveniente de Cabo Verde, seguido dos alunos cujas famílias são provenientes de Angola, tendo-se registado, de 92/93 para 93/94, um ligeiro acréscimo de todos os grupos em detrimento dos alunos cujas famílias são provenientes de Moçambique (Gráf.1). Em 93/94, num total de 24.566 alunos do Ensino Básico provenientes de famílias dos PALOP, os filhos dos cabo-verdianos representavam 42% do total e os filhos dos angolanos 35%, ou seja, no conjunto representam mais de ¾ dos filhos dos imigrantes dos PALOP no Ensino Básico.

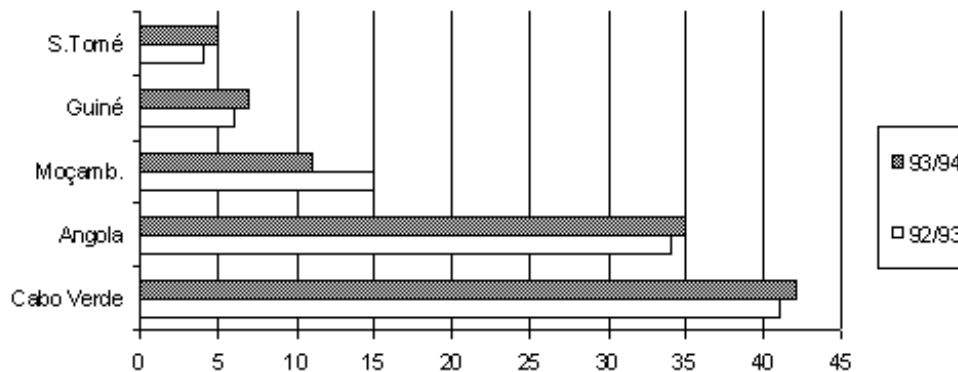


Gráfico 1. País de origem dos alunos dos PALOP (%) em 92/93 e 93/94

C — Os alunos de origem cabo-verdiana reduzem substancialmente os seus efectivos à medida que aumenta o ciclo de escolaridade, acontecendo precisamente o inverso, e de forma igualmente acentuada, aos alunos de origem moçambicana e, em menor grau, aos alunos cujas famílias são oriundas de Angola (**Quadro 2**)

Quadro 2. Os filhos dos imigrantes dos PALOP no EB /ciclo/ país de origem (93/94)

| | 1º ciclo | | 2º ciclo | | 3º ciclo | | TOTAL | |
|------------|----------|-----|----------|-----|----------|-----|-------|-----|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Cabo Verde | 6683 | 49 | 2109 | 43 | 1582 | 28 | 10374 | 42 |
| Guiné | 1130 | 8 | 260 | 5 | 307 | 5 | 1697 | 7 |
| S. Tomé | 730 | 5 | 237 | 5 | 216 | 4 | 1183 | 5 |
| Angola | 4390 | 31 | 1740 | 35 | 2521 | 45 | 8641 | 35 |
| Moçambique | 1041 | 7 | 587 | 12 | 1033 | 18 | 2661 | 11 |
| TOTAL | 13974 | 100 | 4933 | 100 | 5659 | 100 | 24566 | 100 |

D — Os alunos do ensino básico cujas famílias imigraram dos PALOP concentram-se nos distritos de Lisboa e Setúbal. Em 92/93, 58% e 24% destes alunos estão nestes distritos, respectivamente, e em 93/94 assiste-se a uma ligeira redução da sua presença — Lisboa tem 57% destes alunos e Setúbal 22% (Gráf.2).

Embora tenha decrescido a presença relativa dos alunos provenientes de famílias imigradas dos PALOP em ambos os distritos, salienta-se o aumento desta presença a nível do 1º ciclo do ensino básico: a percentagem cresceu de 9,8 para 10,3 no distrito de Lisboa e de 7,8 para 8,6 no distrito de Setúbal (**Quadro 3**). A redução significativa verificada ao nível dos efectivos do 2º e 3º ciclos (neste ciclo é quase de 50%) tanto pode ser indiciador de abandono escolar como de um acréscimo de retenção nos anteriores ciclos da escolaridade obrigatória — atente-se no aumento verificado no 1º ciclo que tanto pode traduzir um acréscimo do número de alunos entrados no sistema educativo obrigatório como esse acréscimo de insucesso escolar.

Quadro 3. Variação (%) dos alunos provenientes dos imigrantes dos PALOP no total de alunos do distrito (92/93 a 93/94)

| | 1º ciclo | | 2º ciclo | | 3º ciclo | | Total E. Básico | |
|------------------|----------|-------|----------|-------|----------|-------|-----------------|-------|
| | 92/93 | 93/94 | 92/93 | 93/94 | 92/93 | 93/94 | 92/93 | 93/94 |
| Distrito Lisboa | 9.8 | 10.3 | 8.0 | 5.7 | 5.7 | 3.5 | 7.3 | 6.6 |
| Distrito Setúbal | 7.8 | 8.6 | 8.1 | 5.2 | 6.2 | 3.4 | 6.8 | 5.8 |

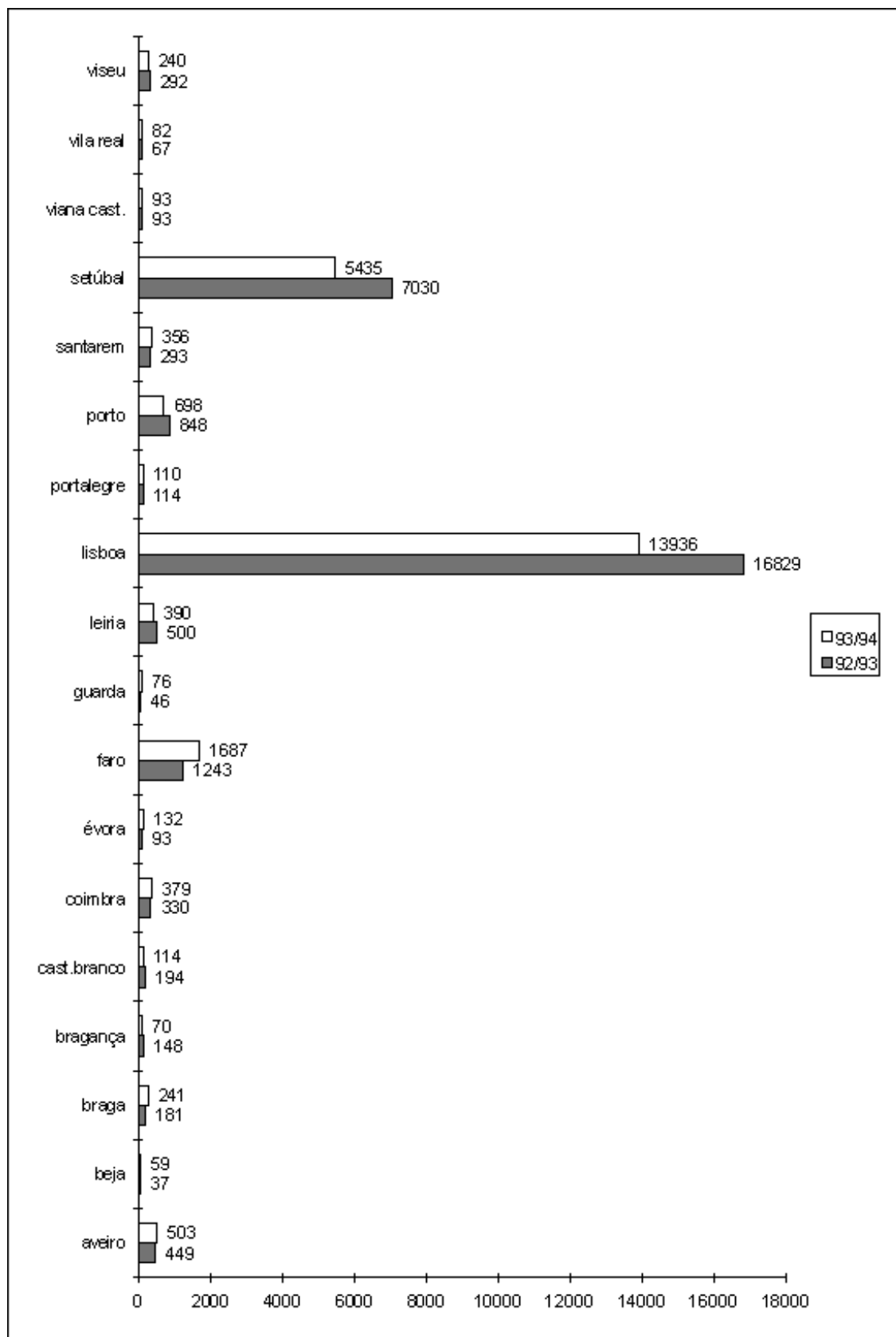


Gráfico 2. Evolução do nº de alunos dos PALOP no ensino básico (92/93 a 93/94)

Os dados recolhidos permitem ainda saber qual a representatividade de cada *grupo étnico* no conjunto dos alunos provenientes de famílias imigradas dos PALOP: em Lisboa, mais de metade dos alunos (51% tanto em 92/93 como em 93/94) provêm de famílias imigradas de Cabo Verde enquanto no distrito de Setúbal se equilibra a presença percentual dos cabo-verdianos e a dos angolanos (43% e 36% em 93/94).

E — No 1º ciclo do Ensino Básico assume maior significado a presença dos alunos inseridos em

famílias imigradas dos PALOP nos concelhos da AML. [3] Assim, destacam-se os concelhos da Amadora e de Oeiras (22% da população escolar do 1º ciclo é originária dos PALOP), o concelho da Moita (17%) e o do Seixal (13%) (Gráficos 3 e 4).

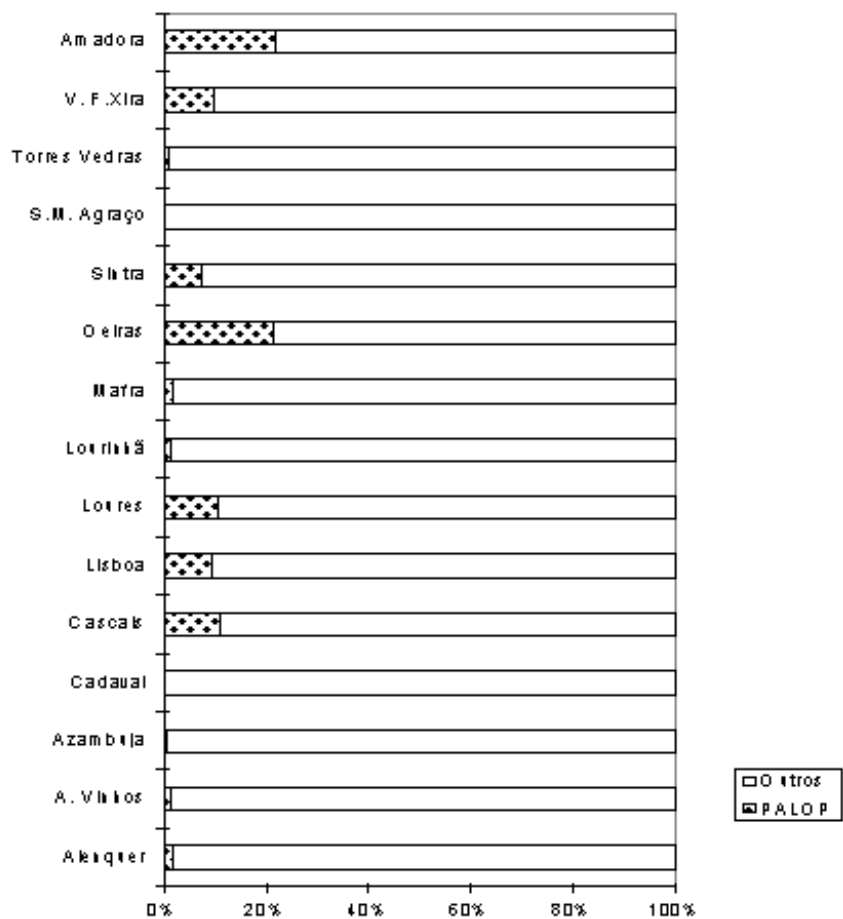


Gráfico 3. Alunos do 1º ciclo/concelho do distrito de Lisboa

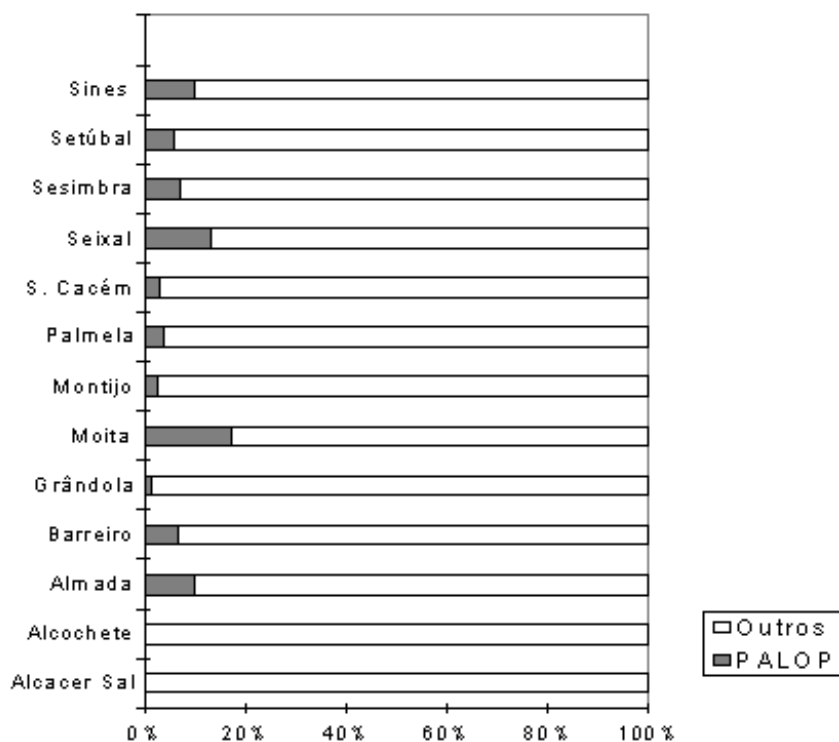


Gráfico 4. Alunos do 1º ciclo/concelho do distrito de Setúbal

Taxas de aprovação

A — Apenas no caso do 3º ciclo do ensino básico as taxas de aprovação dos alunos oriundos de famílias imigradas dos PALOP são, em todos os casos, inferiores à taxa dos alunos “lusos”.

O 1º ciclo destaca-se pela variabilidade das taxas de aprovação dos diferentes grupos e ainda pela especial incidência de reprovações sofrida pelos alunos de origem cabo-verdiana; os alunos de origem moçambicana que, tanto no 1º como no 2º ciclos, ultrapassam as taxas dos alunos “lusos”, no 3º ciclo são o grupo onde é maior a incidência do insucesso escolar (Gráf.5).

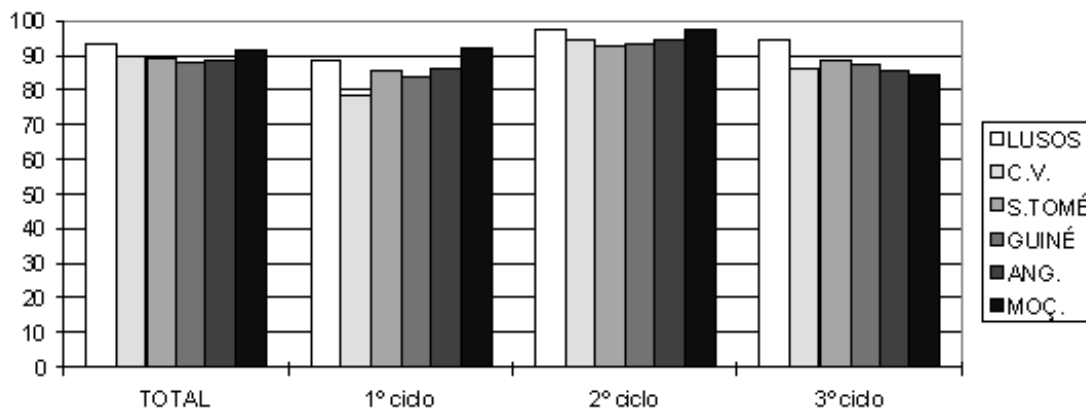


Gráfico 5. Taxas de aprovação no Ensino Básico (93/94)

B — No 1º ciclo, apenas no caso dos alunos de famílias de origem cabo-verdiana a taxa de aprovação é sempre inferior à dos alunos “lusos”. Atente-se nos resultados escolares (taxas de aprovação) no 1º ciclo de escolaridade nos anos lectivos de 92/93 e 93/94, considerando a origem nacional das famílias dos alunos, a nível do distrito de Lisboa e do de Setúbal e detalhe-se, em seguida, para os concelhos

onde a presença dos filhos dos imigrantes dos PALOP é mais significativa.^[4] Há um comportamento diverso nos distritos considerados: em Lisboa a taxa de aprovação dos “lusos” ultrapassa sempre a dos restantes grupos, com apenas uma exceção (alunos de proveniência moçambicana no ano de 93/94), enquanto em Setúbal tanto os moçambicanos, como os angolanos e os guineenses ultrapassaram as taxas de aprovação dos alunos “lusos” (Gráficos 6 e 7).

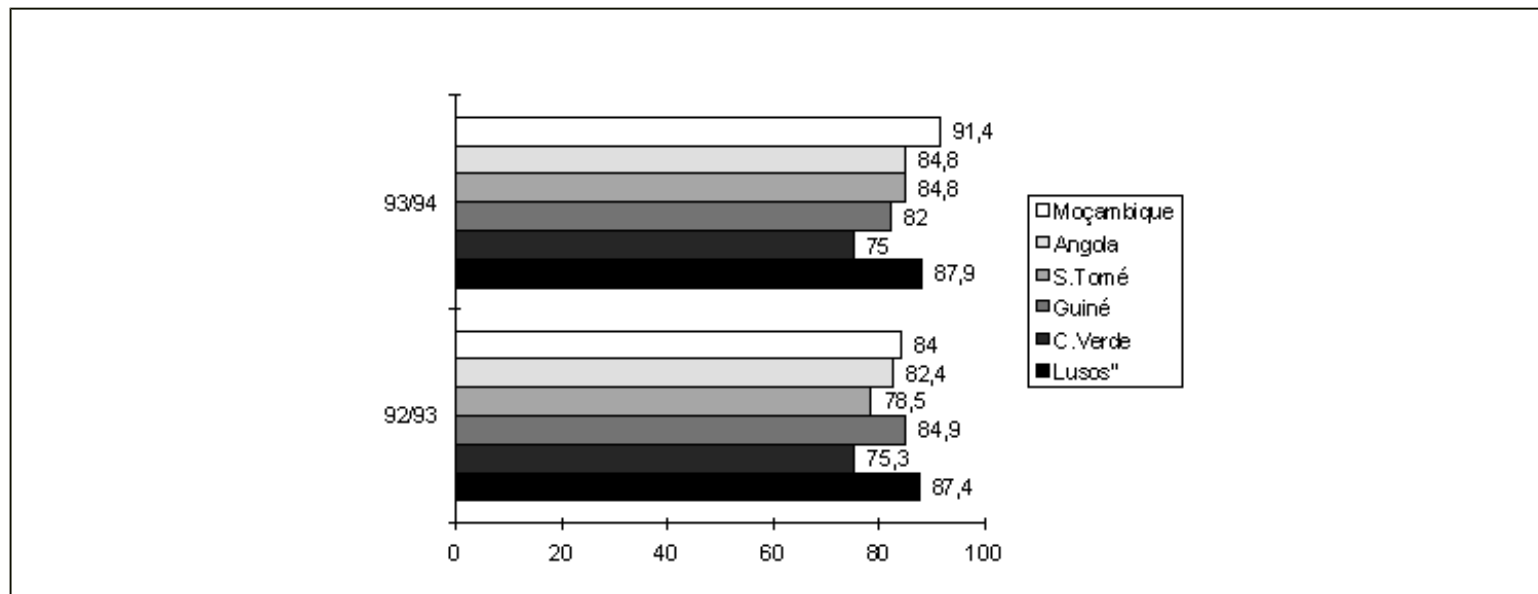


Gráfico 6. Taxas de aprovação no distrito de Lisboa — 1º ciclo (92/93 e 93/94)

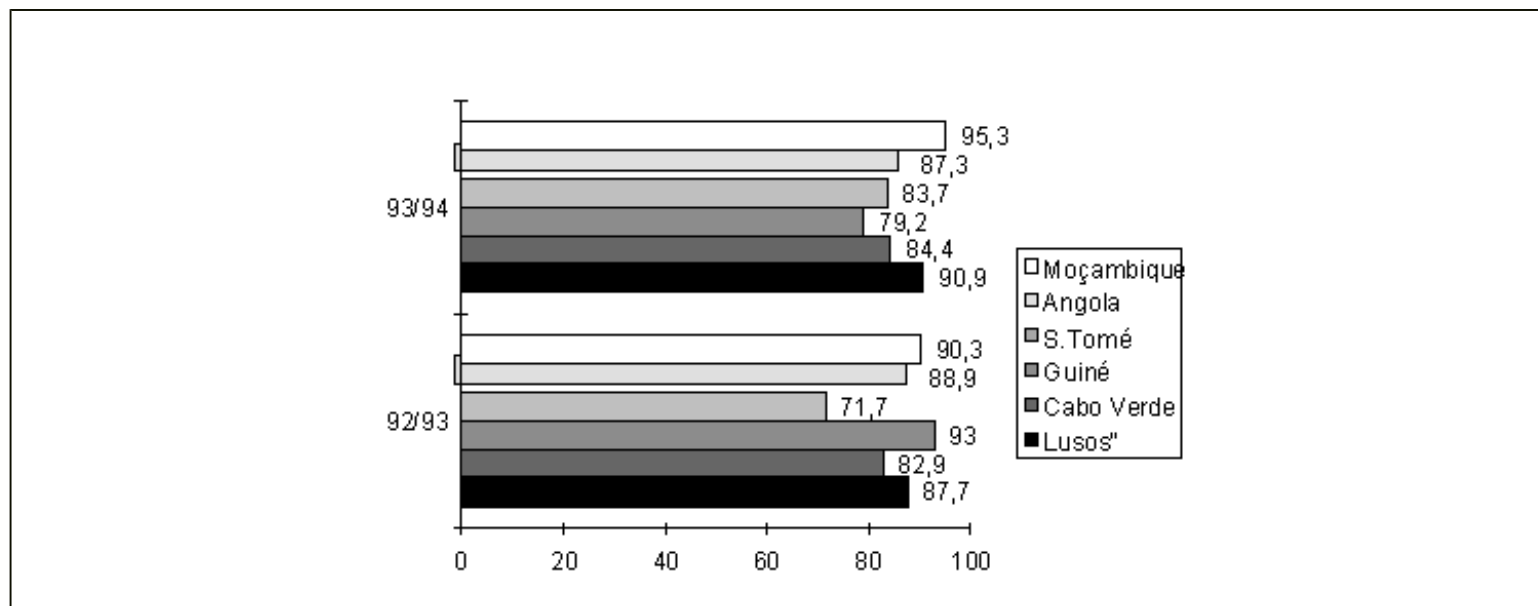


Gráfico 7. Taxas de aprovação no distrito de Setúbal — 1º ciclo (92/93 e 93/94)

Considerando apenas as taxas de aprovação nos casos em que o efectivo de alunos não é inferior a 100, confrontam-se as taxas de aprovação dos alunos “lusos” com as dos alunos de origem cabo-verdiana e as dos alunos de origem angolana e reforça-se a ideia de que os alunos de origem cabo-verdiana têm, em todos os casos, maiores taxas de insucesso escolar (Quadro 4).

Quadro 4. Taxas de aprovação no 1º ciclo/concelho (93/94)

| | “Lusos” | Cabo Verde | Angola |
|--------|---------|------------|--------|
| Sintra | 89.5 | 82.3 | — |
| Oeiras | 89.6 | 71.7 | — |

| | | | |
|---------|------|------|------|
| Amadora | 92.5 | 75.5 | — |
| Loures | 87.1 | 68.6 | 90.4 |
| Lisboa | 83.4 | 72.9 | 76.2 |
| Seixal | 92.1 | 84.4 | — |
| Almada | 92.5 | 84.5 | — |

Atendendo a que as famílias de origem cabo-verdiana são as que têm enfrentado piores condições de vida, tanto no domínio habitacional como no profissional (Amaro, 1985; Esteves, 1991; França, 1992) acresce o sentido de indagar a influência das clivagens relativas à etnicidade e das de ordem classista na estruturação da diferenciação social. Com o objectivo de contribuir para esta análise desenvolveu-se o estudo de caso que agora se apresenta.^[5]

Etnicidade e classes sociais nos resultados escolares: um estudo de caso

Situada no concelho da Amadora, num bairro contíguo aos limites da cidade de Lisboa, a escola do 1º ciclo alberga os filhos de uma população que nas últimas décadas se fixou às “portas da cidade” vindo de diversos pontos do interior norte e centro do país e integra na sua área de influência uma pequena parte das crianças que residem nos bairros “africanos” da periferia da cidade.^[6]

Os alunos têm revelado significativas dificuldades na aprendizagem escolar, sendo considerada, desde o ano lectivo de 1987/88, *uma Escola de Intervenção Prioritária* — a par de condições escolares pouco favoráveis ao sucesso escolar dos alunos (ex: instabilidade do corpo docente, recursos humanos e materiais limitados), encontramos um contexto social dominado pela precariedade do emprego e reduzida qualificação escolar e profissional.

Em Outubro de 1995 foram realizados dois *inquéritos por questionário*: um dirigido às famílias de todos os alunos que frequentam a escola e tiveram a possibilidade de ficar retidos ao longo do seu

percurso escolar e outro aos professores desses alunos.^[7] A conjugação da informação recolhida nestes dois questionários permitiu caracterizar a inserção escolar e familiar de cada caso (total de 95). Na nossa população predominam os grupos domésticos pertencentes ao operariado e à pequena burguesia de execução (PBE) — são 41% e 35% do total, respectivamente — predominando as famílias operárias no caso das oriundas dos PALOP — 56% a par de um valor de 36% para as que têm origem nacional.^[8]

A maioria dos alunos nunca repetiu nenhum ano de escolaridade (65,3%), variando o número de repetências entre 1 e 7 anos de escolaridade.

Em primeiro lugar, fez-se variar apenas o país de origem dos progenitores dos alunos, relacionando esta variação com a eventual ocorrência de repetências ao longo da trajectória escolar do aluno (Gráf. 8). Verifica-se ser *menor a percentagem de alunos oriundos dos PALOP que nunca repetiram qualquer ano de escolaridade* que a dos alunos cujos progenitores nasceram em Portugal, o que vem no sentido dos resultados analisados. Salienta-se, ainda o facto de *os alunos oriundos dos PALOP experimentarem mais situações de plurirrepetência, ou seja, conhecem mais a repetência e esta tende a ser repetida.*

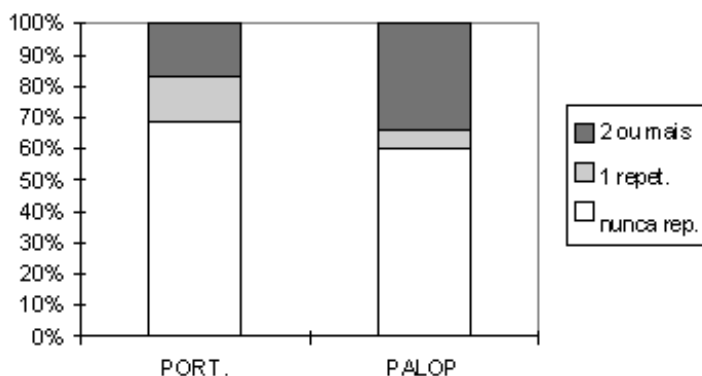


Gráfico 8. Trajectória escolar / país de origem

Considerou-se, em seguida, apenas a variação relacionada com a classe social da família dos alunos e evidencia-se a diferenciação das trajetórias escolares de acordo com esta variável: os filhos do operariado experimentaram mais a repetência do que os filhos da pequena burguesia de execução e conhecem duas vezes mais a repetência múltipla (Gráf. 9).

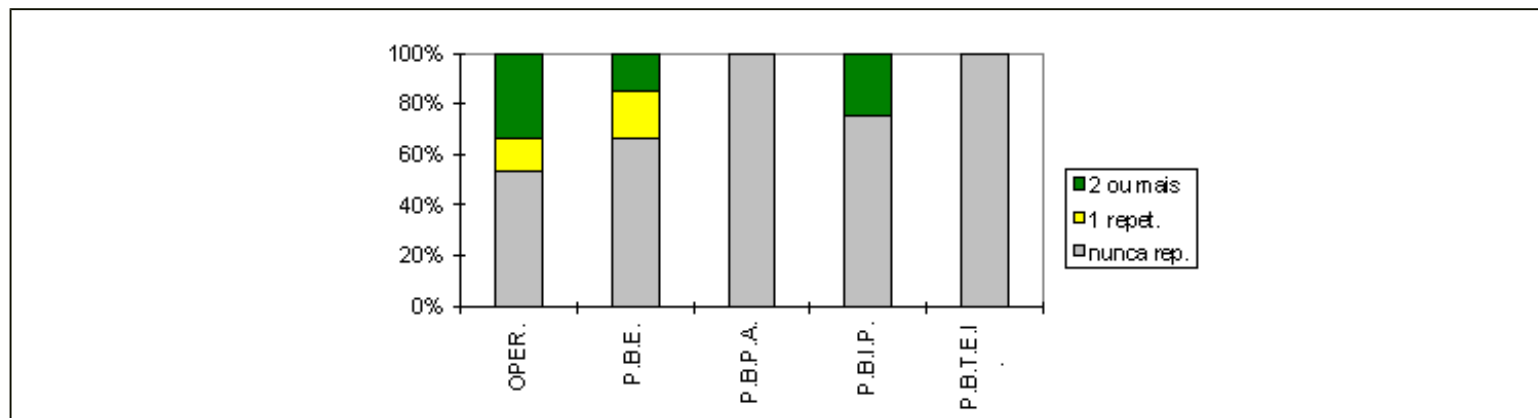


Gráfico 9. Repetências na trajetória escolar/classe social

No universo dos alunos oriundos das famílias do operariado e da pequena burguesia de execução, analisou-se a diferenciação de trajetórias *considerando a classe social e o país de origem das famílias*, ou seja, confrontou-se o número de repetências dos alunos inseridos em famílias com diferente origem nacional dentro da mesma classe social ou fracção de classe. [9]

Se considerarmos apenas os alunos inseridos em famílias pertencentes ao operariado, constata-se que aqueles cujas famílias provêm dos PALOP têm tido um maior sucesso escolar que aqueles cujos progenitores nasceram em Portugal (Gráf. 10), o que “contraria” a ideia dominante de que

esses alunos têm, necessária e explicavelmente, um menor sucesso escolar. [10]

No caso dos alunos inseridos em famílias da pequena burguesia de execução, verifica-se a inexistência de uma diferenciação relativa ao país de origem, no que se refere à proporção de alunos que *nunca experimentaram a reprovação no seu percurso escolar*, mas destaca-se o facto de os *alunos oriundos de famílias dos PALOP terem reprovado sempre mais do que uma vez*, caso que ocorreu raramente no outro grupo de alunos (Gráf.11).

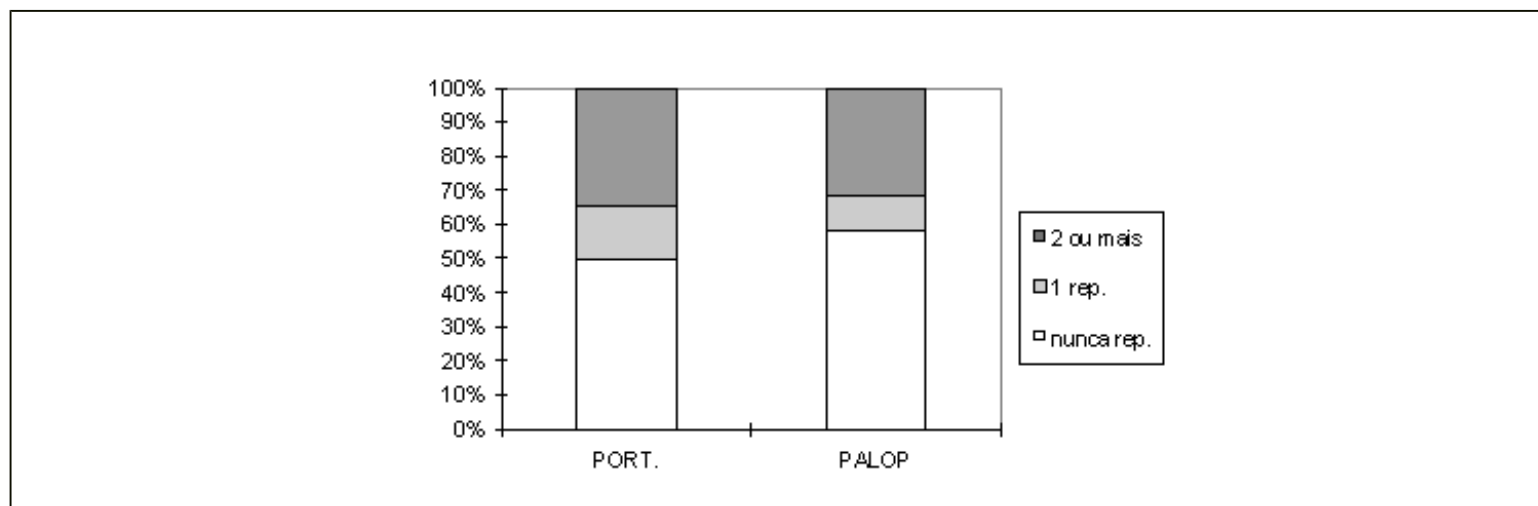


Gráfico 10. Trajetória escolar dos alunos de famílias pertencentes ao operariado

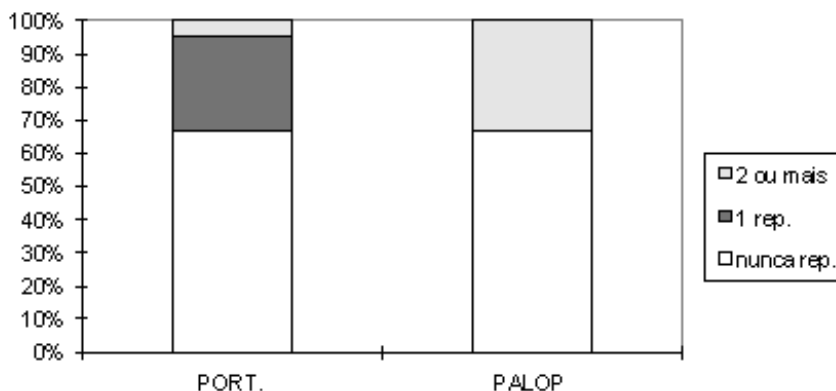


Gráfico 11. Trajectória escolar dos alunos de famílias pertencentes à PBE

Síntese

Indagando sobre a situação escolar dos alunos cujas famílias são provenientes dos PALOP, salientou-se uma forte concentração geográfica destes na Área Metropolitana de Lisboa (a análise deteve-se ao nível concelhio) e uma especial incidência do insucesso escolar nos grupos originários de Cabo Verde, mas, considerando os resultados do estudo de caso, permanece válida a hipótese de a filiação étnica não ser relevante na trajectória escolar do aluno, se compararmos resultados de alunos de famílias da mesma classe social.

Efectivamente, não só foi possível verificar a existência de taxas de aprovação iguais ou superiores às dos alunos “lusos” em grupos originários de Angola e Moçambique e a permanência regular e constante dos alunos inseridos nestas famílias ao longo da escolaridade obrigatória (o que não é válido, mais uma vez, para os que se inserem em famílias cabo-verdianas), como não se detectou estarem as trajectórias escolares dos alunos relacionadas com o facto de se inserirem numa família originária dos PALOP.

O estudo de caso desenvolvido sugere precisamente esta última afirmação, dado que num universo classista diferenciado entre o operariado e pequena burguesia de execução — e internamente diferenciado pelo país de proveniência (ser ou não ser imigrante dos PALOP) —, a informação recolhida aponta no sentido de a inserção em famílias originárias dos PALOP, se for considerada a respectiva classe social, não conduzir à existência de trajectórias escolares com insucesso escolar (no caso das famílias do operariado, os dados contrariam mesmo essa ideia).

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, J.F.; COSTA, A.; MACHADO, F.L. (1988), “Famílias, estudantes e universidade - painéis de observação sociológica”, *Sociologia - problemas e práticas*, nº4, pp.11-44.
- AMARO, Rogério R. (1985), *Caracterização dos Cabo-Verdianos residentes em Portugal, a partir dos dados do recenseamento de 1981*, policopiado.
- ENTRECULTURAS (1993), *Base de dados - Entreculturas I*, Entreculturas/ME.
- ENTRECULTURAS (1995a), *Base de dados - Entreculturas II*, Entreculturas/ME.
- ENTRECULTURAS (1995b), *Base de dados - Entreculturas III- IV*, Entreculturas/ME.
- ENTRECULTURAS (1995c), *Base de dados - Entreculturas V*, Entreculturas/ME.
- ESTEVES, M. do Céu (org.) (1991), *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, IED.
- FRANÇA, Luís (coord.), (1992), *A Comunidade Cabo-verdiana em Portugal*, IED.

*
- Constitui parte de uma pesquisa subsidiada pela JNICT (PÓS/C/SOC/728/93).
**
— Assistente do IEP da Universidade do Minho.

[1] São fonte de informação os dados publicados pelo ENTRECULTURAS ou fornecidos por este organismo do Ministério da Educação a pedido da investigadora.

[2] Os dados recolhidos pelo ENTRECULTURAS para os anos lectivos de 90/91 e de 91/92 só contemplam o 1º ciclo. Neste ciclo do ensino básico tem vindo a aumentar a representatividade dos filhos dos imigrantes dos PALOP: aumenta de 2% para 2.7% nos 4 anos que decorrem entre os anos lectivos de 90/91 e 93/94.

[3] Foi detalhada e aprofundada a informação relativa ao 1º ciclo, considerando ser este o ciclo de escolaridade em que é mais significativa a presença dos alunos inseridos em famílias provenientes dos PALOP e, ainda, considerando as elevadas taxas de insucesso escolar registadas no mesmo.

[4] A análise dos dados requer que se tenha presente dois aspectos importantes: as taxas de aprovação foram calculadas em função do número de alunos que no final do ano lectivo foram sujeitos à avaliação (Cf. Entreculturas, 1995) e não do total de alunos (há anos de escolaridade em que os alunos têm assegurada a transição para o ano seguinte) e considerando os que permaneceram na escola até ao final do ano, ou seja, a taxa de reprovação não considera os que abandonaram a escola durante o ano lectivo. Assim, iremos ponderar os resultados considerando a taxa de desistência e o número efectivo de alunos sujeitos a avaliação (dado que em alguns casos as taxas se reportam a um universo muito pouco numeroso).

[5] Em 1981, enquanto 33% dos cabo-verdianos residem em alojamentos rudimentares só 6% dos angolanos vivem na mesma situação (Esteves, 1991:54).

[6] Em 1993/94, representavam nesta escola 31% da população escolar (Entreculturas, 1995)

[7] Este questionário procurou caracterizar todos os membros do agregado familiar, entendido como o conjunto de pessoas que coabitam com a criança, quanto à sua profissão e situação na profissão, às habilitações escolares e ao país de proveniência, e, ainda, conhecer a eventual existência de aspirações de mobilidade social ascendente. O indicador utilizado para esta última dimensão de análise foi a indicação das profissões que os adultos desejavam que a criança viesse a desempenhar no futuro. Considerando o facto de ser no final do 2º ano que essa possibilidade se torna real, este conjunto de alunos corresponde aos que frequentam o 3º e 4º anos de escolaridade e aos que não transitaram do 2º para o 3º ano - representam 66% da população escolar (129/194). Aos professores destes alunos foi solicitada a identificação da idade, do ano de escolaridade e da turma que frequenta cada aluno e aspectos da sua trajectória escolar (nº de repetências, classificação do aproveitamento actual).

[8] Cf. tipologia adoptada por Almeida, Costa e Machado (1988).

[9] Dada a reduzida expressão das famílias das restantes fracções da pequena burguesia optou-se por aprofundar a análise confrontando apenas as trajectórias escolares dos filhos do operariado e desta fracção da pequena burguesia.

[10] Como vimos, evidencia-se facilmente este tipo de diferenciação se na análise se desprezar a diferenciação de classes sociais das famílias e se considerar apenas o seu país de origem